

Projeto obriga invasor de área verde a pagar taxa

* 2 JUN 1993

CORREIO BRAZILIENSE

Um projeto polêmico, de autoria do deputado e ex-governador José Ornelas (PL), está agitando os moradores do Lago Sul e do Lago Norte. O Projeto de Lei nº 700/93 pretende que os proprietários de imóveis paguem uma taxa de ocupação pelo uso das áreas verdes. Praticamente todos os moradores do lago cercaram áreas públicas anexas aos seus terrenos e alguns chegaram a avançar para o Lago Paranoá ou em áreas de proteção, como nascentes e matas. Ornelas quer regularizar a situação, delimitando espaços a serem ocupados em regime de concessão de uso e mediante o pagamento da taxa.

A discussão em torno do projeto tem sido a principal preocupação das prefeituras comunitárias. O prefeito do Lago Sul, Carlos Moura, ainda não obteve consenso dos moradores do bairro mas adiantou sua posição favorável ao projeto. "Embora precise de algumas alterações, o projeto é bom e necessário para corrigir algumas distorções", diz Moura. Para ele, alguns moradores exageraram ao levar as cercas a faixas muito grandes de áreas públicas ou ao construir quadras de esportes, piscinas, churrasqueiras e outras benfeitorias em terreno de destinação comum.

O maior temor dos mora-

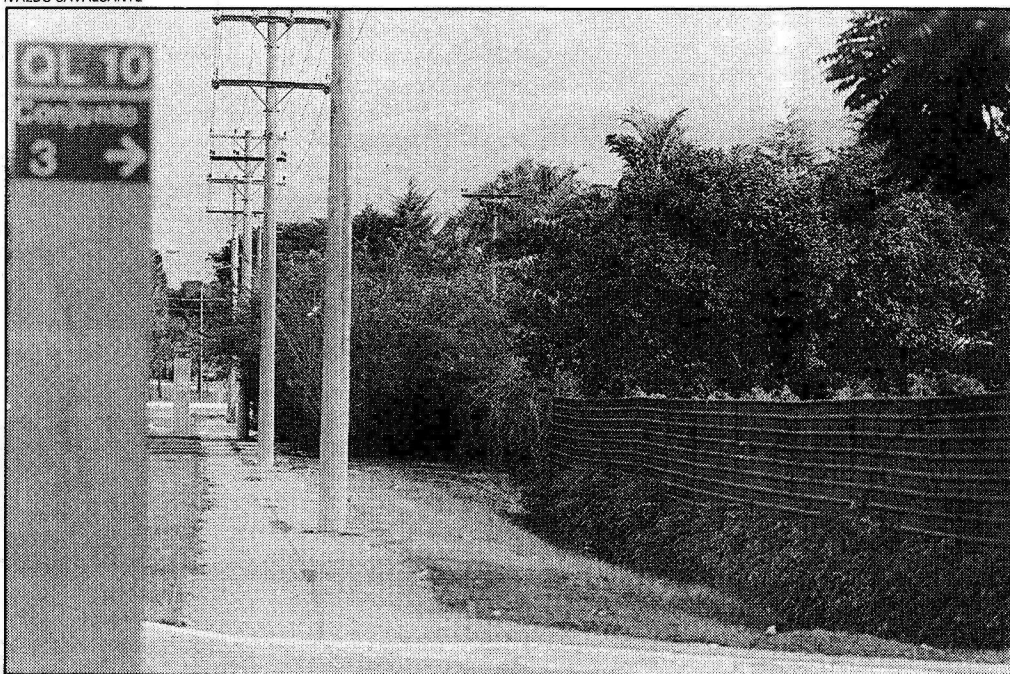
dores, mesmo os favoráveis ao projeto, está relacionado com o valor que poderá ser estipulado para a taxa de ocupação, na eventualidade de aprovação e sanção do projeto. "Não iremos aceitar, de maneira nenhuma, taxa com preço exorbitante, pois já pagamos um IPTU alto sem obtermos o devido retorno", avisa o prefeito do Lago Sul que representa uma população estimada em cerca de 40 mil pessoas.

Retorno — O que mais agrada e favorece o apoio da população do Lago ao projeto é a possibilidade do retorno do recurso arrecadado com a taxa para a própria comunidade, através de obras e benfeitorias. Os que são contrários à proposta do deputado José Ornelas alegam que não podem pagar mais uma taxa, pois foram responsáveis pela urbanização de áreas que estariam abandonadas,

entregues ao mato e ao lixo e favorecendo o aparecimento de bichos e a proteção de marginais.

O deputado José Ornelas, um morador do Lago Sul há quase 20 anos, defende o projeto com o argumento de que ele irá regularizar uma situação que tem sido há muito tempo responsável por prejuízos à comunidade em geral e, para os moradores do Lago, motivo de apreensão e insegurança. "Esse é um problema que se arrasta há muito tempo e que precisa ser resolvido. Eu o conheço a fundo, pois quando fui governador fiz uma tentativa de solucionar a questão", enfatiza o parlamentar. Ele descarta o argumento de que a taxa de ocupação resultaria numa bitributação. "Atualmente o IPTU só é cobrado sobre o lote do proprietário e a edificação, não leva em conta a área verde pública.

IVALDO CAVALCANTE



O avanço à área pública pode levar proprietários a pagarem taxas extras